ÉTICA EMPRESARIAL GARANTIDORA DA SUSTENTABILIDADE: FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL E O PARADOXO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.

SUSTAINABILITY ENSURE BY THE ETHICAL BUSINESS: SOCIAL FUNCTION OF RURAL PROPERTY AND THE PARADOX SLAVE LABOR TODAY.

Henrico César Tamiozzo*
Marlene Kempfer**

Resumo: Na atualidade a temática da sustentabilidade avança para estudos nos campos da economia, do ambiente e social. Este tripé reúne a participação do Estado, dos agentes econômicos e da Sociedade Civil, que devem atuar em conjunto para que seja alcançada a efetividade dos direitos que este conceito traz. Nesta pesquisa, o enfoque será para a sustentabilidade nas relações sociais do trabalho, em face do importante Projeto de Emenda à Constituição nº 438/2001, que pretende alterar o Art. 243 da CF/88 para incluir a modalidade de expropriação de glebas rurais onde for flagrada mão de obra escrava destinando-as à reforma agrária ou ao uso social. Após mais de 120 anos da abolição da escravatura no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e a jurisprudência nacional, ainda não está extirpada a conduta de tratar as pessoas à condição de escravo. Embora tenha previsão do crime no Art. 149 do atual Código Penal Brasileiro, as estatísticas comprovam que a punição penal não é suficiente para inibir esta conduta imoral e antijurídica que persiste há milênios. A PEC acima referida está em trâmite por 12 anos, demonstrando a dificuldade em obter apoio parlamentar. No entanto, mesmo sem a aprovação da emenda constitucional, a atual ordem jurídica possibilita construir um conceito de função social da propriedade rural e de trabalho escravo a partir da CF/88 em seu Art. 186, da Lei nº 8.629/93 (reforma agrária), das Convenções da OIT das quais o Brasil é signatário e do Código Penal referido. Além deste aspecto jurídico é possível às empresas, que têm a cultura da sustentabilidade, participar de movimento em rede por meio dos seus stakeholders, internalizando o respeito ao trabalho humano como estratégia dos negócios e do seu código de conduta. Ou seja, buscar em cadastros públicos (jurisprudências e cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo) e de organizações não-governamentais (terceiro setor), informações sobre proprietários rurais que tenham tal condenação para excluir da condição de fornecedor. Esta atitude terá repercussão econômica imediata e, à luz da relação de consumo, o reconhecimento de empresa socialmente responsável, participe de uma corrente cívica que contribui para demonstrar que a ética empresarial é suporte da sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade social; Escravidão contemporânea; Função social propriedade rural; Ética Empresarial.

* Mestrando em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, na linha de pesquisa Relações Internacionais e Empresariais, bolsista CAPES/DS. Especialista em Ministério Público, Estado Democrático de Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR. Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pelo Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC. Professor da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR/Londrina. Advogado. Email: henricotamiozzo@hotmail.com

** Mestre e Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, área de concentração de Direito Tributário, Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, Professora de Graduação e Mestrado da Universidade Estadual de Londrina – UEL/PR, e da Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus Londrina – PUC/Londrina. Email: revistamdireito@uel.br

Abstract: At present, the theme of sustainability advances to studies in the fields of economy, environment and social. This tripod brings together the state's participation, economic agents and civil society, who must work together in order to reach the realization of the rights in this concept. In this research, the focus will be for sustainability in social work, given the important Amendment to the Constitution Project No. 438/2001, which seeks to amend Article 243 of CF/88 to include a mode where expropriating rural properties caught for slave labor, allocating them land reform or social use. After more than 120 years of the abolition of slavery in Brazil, according to the Ministry of Labor and jurisprudence, is not yet eradicated the conduct of treating people to slave status. Although predicting the crime in Article 149 of the Brazilian Penal Code today, statistics show that criminal punishment is not sufficient to inhibit this immoral and anti-juridical that persists for million years. The PEC above is being processed for 12 years, demonstrating the difficulty in obtaining parliamentary support. However, even without the approval of the constitutional amendment, the current law allows constructing a concept of the social function of rural property and slave labor from CF/88 in its Article 186 of Law No. 8.629/93 (agrarian reform), of the OIT Conventions of which Brazil is a signatory and the Penal Code. Beyond this legal aspect is possible for companies that have a culture of sustainability, participate in movement network through its stakeholders, internalizing respect for human labor as business strategy and its code of conduct. That is, in seeking public records (case law and registration of Employers who have subjected workers to conditions analogous to slavery) and nongovernmental organizations (third sector), information about landowners who have such condemnation to delete the condition supplier. This attitude will have immediate economic impact and, in light of the consumer relationship, the recognition of a socially responsible company, a current participant of contributing to civic demonstrate that business ethics is supported sustainability.

Key-words: Social sustainability; Contemporary Slavery; Social function rural property; Ethical Business.

INTRODUÇÃO

Considera-se que o desenvolvimento sustentável denota especial importância nos dias de hoje e está pautado em diversas áreas do conhecimento, portanto, é multi e interdisciplinar.

Poder-se-á ver adiante que tal desenvolvimento é objeto de discussão em diversas reuniões e conferências de âmbito mundiais, como por exemplo, Conferência Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo e Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). O envolvimento nacional, regional e internacional, ou seja, a união dos povos, é condição para alcançar a sustentabilidade.

Deve-se compreender que este conceito não mais está limitado ao aspecto ambiental e, sim, envolve a economia e o bem-estar social. Nesta pesquisa os destaques serão para a sustentabilidade econômica e social a partir da diretriz constitucional do Art. 170 que determina à ordem econômica considerar, a valorização do trabalho humano para viver o valor da dignidade e justiça social.

O estímulo para este estudo está em face da constatação de que ainda há focos de escravidão humana em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Apesar de fugir um pouco do modelo da Antiguidade, continua o núcleo de desrespeito às condições mínimas para o trabalho humano. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),¹ reunidos no cadastro de empregadores de mão de obra semiescrava, indicam que no ano de 2012, havia em torno de 346 empregadores e dentre eles constam políticos, multinacionais e famílias de expressivo poder econômico.

No Brasil, desde o século XVI há registro de tráfico de escravos, ocasião em que esta mão de obra foi utilizada na produção de açúcar. A abolição formal da escravidão ocorreu no século XIX, em 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea. Mas, desde então a luta continua, tendo sido necessário criminalizar a conduta que submete outro ser humano à condição análoga de escravo, conforme está no Art. 149 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 1940 (BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), introduzido por meio da Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003.

Esta intervenção estatal punindo com a privação de liberdade, não foi suficiente para abolir a escravidão. Seguiu-se para incluir no conceito de função social da propriedade rural (Art. 186 CF/88), além do dever de aproveitamento racional e adequado (aspecto econômico), respeitar as normas que tutelam as relações do trabalho e promover exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (aspecto social).

Defende-se que estas referências constitucionais permitem delimitar o que seja trabalho decente e, em contraposição, o que seja trabalho escravo. Este posicionamento constitucional coloca o Brasil em consonância com as normatizações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto de San Jose da Costa Rica, entre outros tratados internacionais, que buscam consolidar um pacto universal pela tutela do trabalho humano.

No Brasil, a punição para o desrespeito à função social da propriedade rural é a desapropriação e destinação da área para a reforma agrária. No entanto, nem mesmo mediante esta forte intervenção estatal as condutas de exploração do homem em seu trabalho acabaram. A tentativa atual é aprovar da PEC Nº 438/01, em tramitação no Senado Federal, que se aprovada, a propriedade privada poderá sofrer outra limitação importante: haverá pena de perdimento da gleba, onde for constatada a exploração de trabalho escravo, uma vez que considera-se ser impossível o cumprimento da função social se a propriedade estiver acoplada às condições degradantes de trabalho. Outra expectativa de atuação estatal está novo Código

Penal (Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012), que amplia a lista dos chamados crimes hediondos e inclui o trabalho escravo como tal.

Ressalte-se, por fim, que a atuação privada, em concomitância a do Estado e da sociedade civil, é fundamental. É preciso que as empresas formem uma corrente ética e selecionem seus parceiros em negócios dentre aqueles que ainda não constem no cadastro de empregadores autuados pela fiscalização por explorarem trabalhadores em condições análogas às de escravo (Portaria nº 540/2004 - MTE), ou mesmo condenados judicialmente por tal conduta.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ASPECTO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

A terminologia desenvolvimento sustentável, empregada pela primeira vez na Conferência Mundial do Meio Ambiente em Estocolmo, no ano de 1972, tomou conta do cenário mundial nas últimas décadas. O conceito de sustentabilidade, nesta concepção, não foi esquecido pelo legislador constituinte, que o almejou a princípio fundamental, esculpindo-o no *caput* do Art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), quando menciona que é dever de todos defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

A ideia de um mundo melhor para todas as gerações sem prejudicar o meio ambiente foi notoriamente defendida na Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio-92. Entretanto, sobreveio um novo conceito de desenvolvimento sustentável, ampliando-o à missão de desenvolver a economia e reduzir a dívida social de modo simultâneo, sempre com vistas à preservação e proteção do meio ambiente (ESTIGARA; PEREIRA; LEWIS, 2009, p. 19-20).

Os elementos constitutivos do desenvolvimento sustentável no ensinamento de Ignacy Sachs compõem cinco pilares: social, econômico, ecológico, espacial e cultural (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 66-67). Essa ampliação de ações, no entanto, não alterou a proposta básica da necessidade de atuação concorrente do Estado, dos agentes econômicos e da Sociedade Civil.

Ao ser analisada a participação empresarial neste esforço coletivo, doutrinadores da Ciência da Administração, destacam que as empresas cumprem papel central, pois, será a oportunidade para resgatar os prejuízos socioambientais foram produzidos ou estimulados por suas atividades.

No entanto, nem todos cientistas desta área de conhecimento assim tratam o papel da empresa nas questões da sustentabilidade ou da ética empresarial.

De toda sorte, na citação de Carroll (apud GARCÍA-MARZÁ, 2008, p. 167 e 172), “a maioria desses trabalhos têm referente comum com a concepção de M. Friedman”.

O texto de Friedman apresentará três importantes críticas que, uma vez resolvidas, proporcionarão o marco ético que define a responsabilidade social empresarial. A primeira delas é que há uma clara confusão entre privado e público. A segunda delas se trata do problema da falta de critérios intersubjetivos no momento de se definir em que consiste esta responsabilidade. E a terceira se refere a uma fraude da responsabilidade social, ou seja, que a responsabilidade social é utilizada como meio de maquiagem o verdadeiro motivo de alcançar maiores benefícios econômicos. Talvez quem mais designou esforços para enfrentar tais questões, na opinião de Domingo García-Marzá (2008, p. 173-182), tenha ido o professor Archie B. Carroll.

À segunda crítica de Friedman – mais interessante do ponto de vista da presente pesquisa – se traduz na seguinte pergunta: o que é de responsabilidade da empresa?

No modelo proposto por Carroll identifica-se quatro categorias distintas que juntas compõem aquilo que a sociedade espera da empresa, ou seja, a responsabilidade social corporativa. São elas, responsabilidade: econômica, legal, ética e filantrópica. Outros estudiosos também buscaram responder essa indagação, contudo, sem muita evolução prática ou aplicabilidade (GARCÍA-MARZÁ, 2008, p. 181-185).

Até que chegou-se à afirmação atual, onde, segundo José Carlos Barbieri e Jorge Emanuel Reis Cajazeira (2009, p. 69), “no âmbito das organizações em geral, o núcleo duro de sua contribuição para com o desenvolvimento sustentável passou a consistir em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.” E completam:

Uma organização sustentável seria, portanto, a que orienta suas atividades segundo as dimensões da sustentabilidade que lhe são específicas. Em outras palavras, é uma organização que busca alcançar seus objetivos atendendo simultaneamente os seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Desse modo, os movimentos da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, cada qual com suas características próprias e campos de estudos específicos, convergem para o conceito de empresa sustentável.

Nesse sentido, empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações.

Este sentido também deve ser estendido ao uso de todas as formas do capital para que sejam socialmente legitimados. Ou seja, o uso da propriedade urbana ou rural enquanto bem de produção do bem-estar material e acumulação de patrimônio, será lícito e legítimo se for utilizado na acepção ora em análise.

A atuação sustentável do bem propriedade (com fins econômicos), que será foco desta pesquisa, será a dimensão social. Esta compreende o respeito à diversidade de pessoas, a eliminação das discriminações em todas as suas formas (gênero, opção sexual, etnia, raça, cor, idade, religião), a inclusão de grupos minoritários, incentivo à resolução pacífica de conflitos, condições dignas de trabalho, boa relação e tratamento justo de seus superiores, ambiente laboral adequado, remuneração condizente, enfim, uma vida que proporcione ambiente para a dignidade humana.

Vivenciar todo este ambiente na relação do capital com o trabalho é ainda um difícil desafio. Milênios se passaram e a luta por condições que valorizem o trabalhador ainda não são efetivas. Ainda há constantes denúncias de indivíduos submetidos a trabalhos forçados, em condições extremamente precárias e em situações análogas à de escravo.

CONCEITO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO DE TRABALHO ESCRAVO

A origem da escravidão, prática que se perde nos tempos, aproximando-se das origens da própria civilização humana, constantemente empregada nos povos da Antiguidade, desde os assírios, os egípcios, os judeus negros e romanos, submetendo o ser humano à condição de mercadoria e a sofrimentos inenarráveis.

No Brasil a questão iniciou-se com o mercantilismo da era colonial, quando grandes embarcações aportavam na então colônia de Portugal trazendo negros africanos que seriam utilizados como mão-de-obra escrava. A escravidão perdurou oficialmente por quase três séculos, sendo abolida pela Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888.

No em tanto, esta Lei não foi suficiente para extirpar esta prática que persiste na atualidade no meio rural e urbano. Ela ainda se manifesta na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo, e desrespeito aos direitos humanos.

Principalmente no final da década de 60 tornou-se mais visível a chamada escravidão contemporânea, momento em que o país vivia o início do seu milagre econômico e a região amazônica tornava-se alvo de vultuosos projetos de infraestrutura visando a implantação de

empreendimentos econômicos assentados na utilização predatória dos recursos naturais e da força de trabalho.

Para Neide Esterci (1994, p. 22) a construção do conceito do trabalho escravo contemporâneo se dá a partir da publicização do problema, com denúncias à Delegacia da Polícia Federal, entre meados de 1960 e a década de 70. As condutas apresentadas eram de superexploração do trabalho em condições degradante, submissão da mão de obra ao pagamento de dívidas, a coerção e a violência de agenciadores, fazendeiros e chamados jagunços.

Com o advento da Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, foi alterado o Código Penal (BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para incluir o Art. 149 que prevê a pena de reclusão de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência, aplicada aos indivíduos que reduzirem alguém a condição análoga à de escravo: i), submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva; ii), sujeitando-o a condições degradantes de trabalho; iii) restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Apesar desta lei e da punição de privação de liberdade, segundo bem jurídico mais valioso do sistema normativo brasileiro, casos de escravidão contemporânea ainda persistem, sendo que é na área rural onde se concentram tais condutas. Nesse sentido, a afirmação de Flávia de Almeida Moura (2009, p. 23), “a escravidão contemporânea se apresenta principalmente em regiões de fronteira agrícola, envolvendo trabalhadores que migram em busca de promessas de ocupação para outros estados brasileiros”. De igual forma assevera a escritora inglesa Binka Le Breton (2002):

Existem no Brasil de hoje, milhares de Josés, peões do trecho, migrantes, trabalhadores escravos. Escravizados pela pobreza, pela falta de alternativa, pela dívida. Pelo medo. Pela própria honra – que dita que quem deve tem que pagar. A maior parte deles trabalha na ‘nova fronteira’ agrícola, no Sul do Pará, norte do Mato Grosso e no Maranhão. Trabalham na derrubada – quase sempre ilegal – no roço de pasto, no aceiro, na limpeza de cercas. Trabalham também na colheita da pimenta do reino, nos canaviais e nos cafezais. Nas carvoarias. Saem do interior, dos estados mais pobres – Piauí, Bahia, norte de Minas, Pernambuco, Tocantins, Alagoas e Ceará. Saem, mas não voltam.

Apontar o número exato de trabalhadores escravos no Brasil é tarefa muito difícil, em face de vários fatores, entre eles a dimensão continental e a mudança das culturas agrícolas de região para região. Flávia Piovesan (2006, p. 151) assinala que há, no mínimo, 25.000 pessoas vítimas de trabalho escravo no Brasil atualmente.

No sítio da internet da Organização Internacional do Trabalho no Brasil encontra-se um trabalho feito pela própria OIT, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, e em parceria com a agência LOWE, chamado “Campanha Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo” (2003). Nele é possível aferir diversos dados relativos ao trabalho escravo, a exemplo das atividades econômicas com maior incidência dessa modalidade de trabalho, em primeiro a pecuária com 43%, seguida do desmatamento com 28%, e da Agricultura com 24% do total.

Esta realidade exige tomada de posição mais interventora do Estado conforme autoriza o *caput* Art. 170 da CF/88, a participação das empresas e das organizações da sociedade civil, uma vez que o trabalho humano decente é um processo que possibilita a emancipação em seu sentido mais amplo, incluindo a liberdade e a satisfação das necessidades materiais.

VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E PARÂMETROS DO TRABALHO DECENTE

A Constituição Federal inseriu no inciso IV, do Art. 1º,² como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a tutela aos valores sociais do trabalho, como expressão básica da proteção à personalidade humana e como forma de buscar o equilíbrio social e econômico, haja vista a inegável inferioridade do trabalhador frente ao modelo de produção instaurado dentro de uma economia globalizada.

Ao passo que pela dicção do Art. 170,³ da CF/88, fixa-se que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social e é fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa. No mais, o Art. 193⁴ do mesmo Códex é firme ao trazer que a ordem social tem por base o primado do trabalho, objetivando o bem-estar e a justiça sociais.

Apenas com as referências acima já é possível afirmar que a ordem jurídica brasileira reúne os princípios para defesa do trabalho humano em condições dignas. Sendo assim, para as empresas ou empregadores em geral, não há outra alternativa ética e moralmente aceitável. Têm responsabilidade de criar um ambiente de respeito à lei e que os trabalhadores possam desenvolver suas potencialidades, virtudes e conhecimentos.

Além das previsões na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 acima referidas e demais normas infraconstitucionais, o Estado brasileiro é signatário de inúmeros Tratados e Acordos Internacionais que são verdadeiras conquistas e que exigem dos

Estados atuação para promover ambiente público ou privado para um trabalho decente. Tais regramentos internacionais não reconhecem a sobreposição de interesses econômicos em detrimento dos direitos sociais e da dignidade humana.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), entidade vinculada à ONU, realiza papel fundamental na criação das normas internacionais do trabalho e está diretamente ligada às conquistas emanadas no século XX. Foi criada em 1919, e é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho, convenções e recomendações. Tem como missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade.

Tais vitórias consagram direitos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que proclama o direito de acesso ao trabalho, à livre escolha de emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho (Art. XXIII),⁵ bem como, direito ao repouso, ao lazer (Art. XXIV),⁶ e a um satisfatório padrão de vida (Art. XXV).⁷ Esta Declaração reflete as bases éticas e morais para a construção de uma sociedade fundamentada na liberdade, na paz e na justiça.

No encaixe deste trabalho destaca-se o Art. 4º da mesma Declaração, que rege no seguinte sentido: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas”.

Outro documento que marcou fortemente o desenvolvimento das normas trabalhistas foi o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) adotado pela Assembleia Geral da ONU no dia 16 de dezembro de 1966, que entrou em vigor na ordem internacional no dia 03 de janeiro de 1976, e foi internalizado no Brasil por meio do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.

Destaque-se, também, no contexto latino-americano a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 – Pacto de San José da Costa Rica – e do Protocolo Adicional à Convenção Americana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador – firmado pelo Brasil em 17 de novembro de 1988, mas que entrou em vigor no território nacional pelo Decreto 3.321, de 30 de dezembro de 1999.

O Pacto de San José da Costa Rica tem o propósito de consolidar no continente Americano um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito aos direitos humanos, entre eles, a valorização do trabalho humano e o combate à escravidão, vistos no Art. 6º do documento. Este princípio amplia sua força para países onde existem

penas privativas de liberdade acompanhada de trabalhos forçados ou obrigatório de modo que não poderão afetar a dignidade, nem a capacidade física e intelectual do recluso.

Em se tratando do Protocolo de San Salvador, ficam elencados no Arts. 6º a 8º,⁸ os direitos ao trabalho, condições justas, equitativas e satisfatórias de trabalho e direitos sindicais. Tal rol normativo é bem completo e desde 1999 trouxe efeitos positivos ao ordenamento jurídico pátrio.

Com vistas a este compendio de disposições mencionadas verifica-se não ser mais admissível que a propriedade (inclusive a empresarial) busque a maximização do lucro alheio aos princípios basilares trabalhistas. Agir em contrariamente a estas referências nacionais e internacionais estar-se-á em rota de colisão com o ordenamento jurídico.

Para a Organização Internacional do Trabalho (O QUE É..., 2013), trabalho decente é aquele que converge em quatro objetivos estratégicos, que primam pelo respeito aos direitos do trabalho, segundo a Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho. São eles: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; c) abolição efetiva do trabalho infantil, e; d) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação, a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da prestação social e o fortalecimento do diálogo social.

Avaliando a ordem jurídica brasileira é possível afirmar que a proteção em vigor está de acordo com os parâmetros da OIT. Com a assinatura do Governo brasileiro com a OIT do Memorando de Entendimento, estabeleceu-se a Agenda Nacional de Trabalho Decente com a criação de um Comitê Executivo, composto pelos diversos Ministérios e Secretarias de Estado envolvidos com os temas aludidos pela OIT e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (AGENDA..., 2013).

Com este acordo, deu-se o surgimento do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com o objetivo de fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais: o desemprego e a informalidade, a liberdade sindical, o combate ao trabalho infantil, as desigualdades de gênero e raça/etnia e a extinção dos trabalhos compulsórios (AGENDA..., 2013).

O trabalho infantil no Brasil esta em declínio. É o que indica estudos do IBGE que entre 2004 e 2009, o número de trabalhadores de 5 a 17 anos de idade caiu de 5,3 milhões para 4,3 milhões. Contudo, este último dado ainda representa 9,8% da população de crianças e adolescentes do país, o que indica a necessidade de continuação das políticas de combate ao

trabalho infantil à cargo do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), responsável pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) (DIREITOS DO CIDADÃO..., 2013).

Em alusão à vedação do trabalho infantil, foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 6.481/08 (BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008) que regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da OIT, trazendo a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A lista relaciona quase uma centena de atividades em que torna-se proibido o trabalho dos menores de dezoito anos de idade.

Entre os dias 8 a 11 de agosto de 2012 foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, com apoio de atores da sociedade civil, inclusive da OIT que segundo o correspondente do Diretor-geral desta última “é uma experiência única de diálogo tripartite, baseada no reconhecimento do papel fundamental do trabalho decente para a justiça social e o desenvolvimento sustentável e uma evidência mais do compromisso que o Brasil vem assumindo com o trabalho decente desde 2003” (CONFERÊNCIA..., 2012).

São com feitos deste porte, de diálogo entre governo, as organizações de empregadores e de trabalhadores e da sociedade civil é que se fortalecem os vínculos e enraíza-se o acesso ao trabalho decente, sendo este um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e social.

Um trabalho exemplar foi desenvolvido pelo Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (DEQ/SPPE/MTE) com a publicação de artigos que versam sobre as políticas públicas de qualificação dos trabalhadores, como inclusão social, combate à pobreza e desigualdades regionais, promoção do diálogo com ênfase na participação e no controle social (LIMA, 2005, p. 7-8).

Um dos assuntos versa sobre o Programa Inter Empregados (negociação bipartite entre sindicatos e empresas), o PSQ/PNQ (negociação tripartite desde o âmbito local até o âmbito nacional) e as discussões tripartites no âmbito do MERCOSUL, embora iniciais, são auspiciosas para superar as diferenças dos modelos que excluem a participação dos trabalhadores, demonstrando inerente valor às negociações coletivas (LIMA, 2005, p. 33).

O Estado da Bahia se encontra em estágio avançado quando o assunto é trabalho decente atinente à responsabilidade social. Isto se mostra pela aprovação pela Assembléia Legislativa da Lei nº 11.479/09, que institui restrições à concessão e à manutenção de financiamentos e incentivos fiscais estaduais a empregadores que não adotem práticas de trabalho decente não atendam à legislação que trata de cotas para pessoas portadoras de

deficiência e jovens aprendizes (BRASIL, Lei do Estado da Bahia nº 11.479, de 01 de julho de 2009).

São iniciativas deste porte, vindas do Poder Público, da iniciativa privada e das entidades civis, que darão projeção e concretização ao ideal de trabalho decente perseguido pela OIT e tomado por compromisso do Estado brasileiro nos últimos anos.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO

O Art. 170, II, do texto constitucional brasileiro tem-se a tutela constitucional da propriedade privada conceituado, nos termos do Direito Civil, como o direito de usar, gozar e dispor de uma determinada bem de conteúdo econômico ou patrimonial agregando, nos termos do inciso III, a exigência para seu exercício pleno, a função social. É neste sentido a exigência prevista nos arts. 5º, XXIII e 186 da Constituição Federal.

A função social comporta um dever negativo (não prejudicar ninguém), mas também impõe um dever positivo, um agir para beneficiar outras pessoas. Assim também pensa Eduardo Novoa Monreal (1988, p. 134) quando dita que a função social da propriedade objetiva que:

[...] seu exercício respeite às exigências dos interesses gerais do Estado, à utilidade pública e às necessidades coletivas, por considerar-se que o proprietário tem a coisa em nome da sociedade, e pode servir-se e dela dispor, enquanto seu direito seja exercido em forma concordante com os interesses gerais, o proprietário, enquanto tal, tem a obrigação de exercitar seu direito de modo a contribuir para o bem coletivo [...].

Reforça a interpretação de que o Estado continua com atribuição de tutelar a propriedade privadas, mas, se atende aos parâmetros constitucionais. Ao individualismo se sobrepôs a estruturação de uma ordem social e econômica intensamente preocupada com a justiça social e dignidade da pessoa humana (DA SILVA, 2007, p. 813).

A Lei Maior procurou assegurar a inviolabilidade do direito do proprietário, mas, ao mesmo tempo firmou limites ao seu exercício, limites esses perpetrados pelo princípio da função social da propriedade, conexo à Ordem Econômica (MARQUESI, 2006, p. 96).

As condições atuais para o cumprimento da função social dos imóveis rurais foram positivadas no § 1º, do art. 2º, do Estatuto da Terra (BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), quais sejam: favorecimento do bem-estar do proprietário, dos trabalhadores e de sua família; observância de níveis satisfatórios de produtividade;

conservação dos recursos naturais e observância das relações jurídicas de trabalho entre proprietário e exploradores da terra. É a reunião da sustentabilidade, traduzida por Marquesi (2006, p. 99) como: o fator econômico, o fator econômico-ambiental, o fator social e o fator humano-social.

No campo deste estudo, e a partir das referências de Marquesi (2006, p. 105-108) interessa o fator social e o fator humano-social. O primeiro regula as relações de trabalho, lembrando que a força braçal é de extrema relevância na política agrícola, na medida em que a exploração direta da terra geralmente se dá via terceiros e não pelo próprio dono. O segundo atende as necessidades básicas dos que trabalham com a terra, bem como, se refere à segurança do trabalho e se há ou não exploração.

No âmbito infraconstitucional, ainda outro regramento faz menção à função social da propriedade rural, qual seja, a Lei da Reforma Agrária (BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993), que nos quatro incisos do artigo 9º, reitera os requisitos informados no Estatuto da Terra a serem cumpridos simultaneamente. Indica que a sanção pelo descumprimento da função social será a desapropriação, com finalidade de destinar a propriedade para a reforma agrária.

Muitas são as possibilidades de uso adequado da propriedade, mas, em qualquer uma delas é indispensável o respeito ao trabalho humano. Em cada uma das fases que podem ser demarcadas no uso da propriedade rural a mão de obra se faz presente, tais como a rudimentar de baixa subsistência e produtividade, a pós-revolução industrial e a da atualidade que se caracteriza pela alta tecnologia, mecanização, produtividade. Constata-se que as inovações científicas têm contribuído para que o trabalhador tenha melhores condições de trabalho. No entanto, nem todos os Estados têm este grau de desenvolvimento ou não intervêm em prol da proteção daqueles excluídos deste conhecimento e, assim, são presas fáceis da cultura da exploração.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL, A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO E A PEC Nº 438/01

No Brasil afronta aos paradigmas jurídicos da função social da propriedade já referidos, em especial no caso de desvalorização do trabalho humano submetendo à condição de escravo, tem punição prevista na Constituição Federal regulamentada pela Lei da Reforma Agrária que é a desapropriação, além a de caráter penal, nos termos do Art. 149 do Código Penal.

No entanto, não obstante todas essas previsões inseridas não raro é flagrada a exploração do trabalho escravo. Na Fazenda Castanhal, por exemplo, propriedade de 9,9 mil hectares no estado do Pará, o grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagrou a exploração de trabalho escravo por três vezes: 22 pessoas foram libertadas em agosto de 2002, 47 foram encontradas em situação semelhante em setembro de 2003 e outras 13 ganharam a liberdade em fevereiro de 2004 (AVANÇA..., 2008).

Os proprietários de terra acusados de manterem trabalhadores escravizados defendem-se argumentando que não tinham conhecimento da situação. Conforme Ricardo Rezende (2002, p. 16), “há indícios de que boa parte dos proprietários sabe do que se passa em seus imóveis, mesmo quando não participam diretamente do aliciamento dos funcionários temporários”. E continua:

Por exemplo, diversas das 24 fazendas denunciadas no sul do Pará, em 2001, são reincidentes (Documentos CPT/Mará, 2002). As fazendas Cinco Irmãos e Rio Vermelho, são quatro vezes reincidentes; a Forkilha, de Jairo Andrade, nove vezes; a Primavera e a Alvorada, cinco vezes, sendo que o proprietário desta última foi condenado pelo crime em 1999. Isso demonstra que penalidades leves não impedem que se incorra no mesmo crime.

Em matéria veiculada pela equipe do Repórter Brasil (GRUPO..., 2008) lê-se que fiscais flagram pessoas submetidas à escravidão sob responsabilidade de reincidentes em três áreas no Maranhão. Na Fazenda Eldorado, no Município de Açailândia, 14 trabalhadores eram explorados em situação análoga à de escravos, sendo que dentre eles 4 eram adolescentes.

Tais constatações demonstram a inefetividade da atuação do Estado tanto em sentido regulatório quanto de fiscalização justificando a proposta de Emenda Constitucional nº 438, do Senador Ademir Andrade, popularmente conhecida como “PEC do trabalho escravo”. A proposta pretende alterar o Art. 243, *caput* e parágrafo único da Constituição Federal de 1988, estabelecendo a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento de colonos que já trabalhavam na respectiva gleba (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001):

Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e se reverterá, conforme o caso, em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados, nos assentamento dos colonos que foram escravizados, no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime de tráfico ou do trabalho escravo.

A expropriação de bens é a retirada definitiva de bens particulares da posse de seus proprietários, executada pelo Poder Público, sem indenização. Neste caso fala-se em Confisco da gleba autorizada em nível constitucional. Diferencia-se da desapropriação que poderá ser feita mediante indenização justa e razoável.

A Proposta de Emenda Constitucional 438/2011 foi aprovada em 22 de maio de 2012 por 360 votos em segundo turno na Câmara dos Deputados, sendo que o texto voltou para o Senado por ter sofrido uma alteração para inclusão de propriedades urbanas na votação em primeiro turno na Câmara, realizada em 2004. A bancada dos ruralistas tentou por diversas vezes derrubar tal proposta, chegando à tentativa de esvaziar o plenário para evitar o quórum necessário para aprovação da medida, mas sem obter sucesso (PROPOSTA DE..., 2012).

Vitória histórica dos que lutam em defesa dos direitos humanos, a aprovação na Câmara dos Deputados já foi um grande passo dado no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Vários embates levam à demora na aprovação deste projeto de emenda à constituição, o principal deles é a exigência de vincular a aprovação da PEC a legislação infraconstitucional a fim de definir claramente o que é trabalho escravo e o que é jornada de trabalho excessivo. Em oposição a este discurso, se encontram parlamentares a favor da aprovação imediata da proposta, ao lado do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, entre outras ONGs (BANCADA..., 2013).

O TRABALHO ESCRAVO E AS REFERÊNCIAS DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Avaliando jurisprudências produzidas pelos tribunais superiores é possível ter-se uma ideia de como vem sendo tratada a questão do trabalho escravo na prática brasileira contemporânea.

Na decisão da Reclamação Trabalhista nº 00322-2004.661.05.00-2 da Vara do Trabalho de Barreiras – BA,⁹ foi julgado procedente o pedido de indenização por danos

morais decorrentes da sujeição de cerca de 800 (oitocentos) trabalhadores submetidos condições desumanas e degradantes, análogo a escravo.

Neste julgamento ficou esclarecido pelo depoimento das testemunhas, a caracterização do trabalho degradante, pois os trabalhadores dormiam em barracos de lona com cobertura de palha, com instalações sanitárias inadequadas já que nem banheiro havia, bebiam água de carro pipa ou de reservatórios e não se utilizam de equipamentos de proteção individual (EPIs), condicionante à indenização pelos danos morais causados a cada um dos trabalhadores, mesmo sem prova do cerceamento de liberdade, conforme trecho a seguir transcrito:

Em nosso entendimento, é o que basta para a caracterização do trabalho degradante. Sem razão os Reclamados, que procuram afastar a caracterização do trabalho análogo a escravo pela ausência de privação da liberdade dos Reclamantes. Esta de fato não se comprovou, demonstrando a instrução processual que não houve cerceio do direito de ir e vir dos Autores. [...] A norma legal não diferencia como gêneros distintos o trabalho escravo e o trabalho degradante, considerando este uma espécie daquele. E o trabalho degradante restou sobejamente provado no caso em tela. [...] Ante a tudo exposto, defere-se o pedido de indenização por dano moral, na razão de R\$9.275,00 (nove mil, duzentos e setenta e cinco reais), para cada Reclamante.

Noutro exemplo, no julgamento do Recurso Ordinário 4453/2003 da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região¹⁰ os desembargadores, por unanimidade, entenderam pela manutenção de decisão do Juiz *a quo* e condenaram o réu ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de cinquenta mil reais a ser revertido em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Tal decisão teve embasamento nas condições subumanas a que os trabalhadores eram submetidos, como mantê-los em prisão por dívida, trabalhadores invalidados forçados a trabalhar, falta de higiene, banheiros e sanitários, ausência de EPIs e até de água potável, concluindo que o réu recorrente não só descumpriu as disposições da CLT, como também das Normas Regulamentares Rurais de Saúde, Higiene e Segurança, restando incólume o Art. 5º, inciso II, da CF/88.

Em um terceiro caso, julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, negou-se provimento ao HC 5110 PA¹¹, nos autos nº 005110-92.2012.4.01.0000 por entender que não se exige para configuração do tipo penal do Art. 149 do CP estarem presentes, concomitantemente, a segregação da liberdade de locomoção e a utilização da violência ou grave ameaça para impedir a saída do trabalhador. Para criminalização da conduta, basta

sujeitar o trabalhador (ele permitir-se ser tratado assim, conformar-se com a situação) a condições degradantes, infamantes, aviltantes de trabalho.

No julgamento do Recurso de Revista nº 2437-21.2010.5.08.0000,¹² em 15 de agosto de 2012, o Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos da 2ª Turma do TST, manteve a decisão de primeiro grau que condenou a empresa reclamada a pagamento de vinte e cinco mil reais a título de indenização por dano moral. O magistrado consignou que o empregado, no desempenho das atividades de colheita de frutos de dendê, laborou em condições degradantes, análogas à de escravo, no período de 01.03.2005 a 11.12.2007. Neste caso a denúncia indicava que não disponibilizava abrigos suficientes em campo, instalações sanitárias e EPI's adequados, sendo que tais condições de trabalho causaram sofrimento, angústia e males à saúde do obreiro, com desrespeito à dignidade humana.

Por último, no julgamento do Recurso Ordinário nos autos nº 01353-2004-001-16-00-8 MA¹³, em que discutia-se a indenização por danos morais causados a um grupo de 41 trabalhadores encontrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho em situações degradantes, submetidos às piores condições de vida e trabalho, além de elementos que revelavam a existência de trabalho análogo à escravidão como dependência econômica, agravada pelo não pagamento de salários e pelo laborem troca apenas de cada e comida. Ficou-se entendido que restaram violados os direitos humanos desses trabalhadores, ficando evidenciado o aliciamento de trabalhadores e a dependência econômica, pelo que o Réu foi condenado a vultoso pagamento indenizatório a cada uma das vítimas.

No direito dos tribunais, portanto, considera-se para efeitos de caracterização da escravização contemporânea o constrangimento do trabalhador a condições degradantes, infamantes e aviltantes de trabalho, mesmo que não haja cerceamento da liberdade. A título de exemplo cite-se a dependência econômica impossibilitando a demissão do trabalhador conhecida como escravidão por dívida, a ausência severa de higiene no ambiente de trabalho como falta de banheiros e água potável, a omissão no pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas ou seu pagamento exclusivamente *in natura*, a completa ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs), e ainda, a submissão de pessoas totalmente inválidas ao trabalho.

UMA REDE EMPRESARIAL ÉTICA E DE SOLIDARIEDADE PARA REDUZIR O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

O ingresso da empresa em um ambiente sustentável exige dela a adoção de estratégias que a coloquem em posição paradigmática de ética empresarial. Para tanto, além de cumprir os deveres jurídicos, deve participar de uma rede em favor da sustentabilidade em sentido econômico, ambiental e social.

Tal postura é possível na medida em que poderá tomar atitudes com seus *stakeholders*, inclusive formando a rede para a eliminação do trabalho escravo no Brasil.

Faz sentido recordar que o termo *stakeholder*, ou detentor de interesses, foi cunhado pelo professor R. Edward Freeman, na obra *Strategic management: a stakeholder approach* de 1984, que o definiu como qualquer pessoa que seja afetada, ou possa ser afetada, pelo desempenho de uma organização. (2007, p. 65). É de bom tom explicar que *stakeholder* é termo mais amplo que *shareholder*, que faz alusão somente aos sócios e acionistas da empresa.

Atualmente o judiciário brasileiro possui uma ferramenta eficaz para o combate ao trabalho escravo. Trata-se do cadastro de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas às de escravo. Cumulam casos da aplicação desse cadastro no campo prático, a exemplo cita-se o RO n° 38000-59.2007.5.16.0000,¹⁴ publicado em 25/02/2011 pelo Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, e o RR n° 87200-64.2005.5.16.0013,¹⁵ publicado em 26/11/2010 pelo Relator Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires.

Assim, a Portaria n° 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego, determinou a criação e divulgação do cadastro com o nome dos empregadores autuados pela fiscalização daquele órgão, por explorarem trabalhadores em condições análogas às de escravo.

Na última atualização do cadastro, realizada em 28 de dezembro de 2012, constavam 410 nomes, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, indicando 56 inclusões e 31 exclusões. Os procedimentos de inclusão e exclusão são determinados pela Portaria Interministerial n° 2/2011, a qual impõe a inclusão do nome do infrator no cadastro após decisão administrativa final relativa ao auto de infração. Por sua vez, as exclusões derivam do monitoramento, direto ou indireto, pelo período de 2 (dois) anos da data da inclusão do nome do infrator no cadastro, a fim de verificar ou não a reincidência na prática de “trabalho escravo” e do pagamento de multas resultantes da ação fiscal (PORTARIA..., 2013).

Um relatório publicado no mês de julho de 2012, pelo Escritório da OIT no Brasil (ORGANIZAÇÃO INTERNAC..., 2012), nomeado “Perfil do Trabalho Decente no Brasil”, registrou avanços significativos em diversas áreas do trabalho decente nos anos recentes, mas ressalta que ainda persistem inúmeros desafios, como o caso da conduta de tratar as pessoas à condição de escravo.

Neste relatório verificam-se dados concretos entre os anos de 2008 e 2011, em que 13.841 trabalhadores foram resgatados de situações de trabalho análogo ao de escravo pelo Grupo Especial Móvel de Fiscalização. A região Centro-Oeste respondia pelo maior número de pessoas libertadas (3.592) nesse período (26% do total nacional). Quatro estados concentravam quase a metade (6.454 ou 46,6%) do total de pessoas libertadas: Pará (1.929 ou 13,9%), Goiás (1.848, ou 13,4%), Minas Gerais (1.578, ou 11,4%) e Mato Grosso (1.099, ou 7,9%).

Diante dos julgados dos tribunais, de dados do relatório da OIT, da legislação acerca da matéria e dos demais dados e informações acima colacionados, não há justificativa para que as empresas não se posicionem diante de tal cenário. Devem elas, além de tratar seu público interno com dignidade e no percalço da legislação trabalhista, expurgar a conduta de submissão de pessoas ao trabalho escravo, agindo da melhor maneira que estiver ao seu alcance, utilizando-se do poder econômico, de compra e venda e negociação.

Nesse diapasão, as empresas unificar-se-iam ao movimento em rede por meio dos *stakeholders*, ou seja, as pessoas que se interagem com ela, para fomentar a cultura da sustentabilidade, internalizando o respeito e a valorização do trabalho humano. Ademais, se abster-se-iam de realizar transações econômicas e negociações com aqueles que estiverem no cadastro do MTE ou que de qualquer forma tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

As empresas que assim agem contribuem para consolidar uma nova postura empresarial, comandada pela Responsabilidade Social, conceituada por Estigara, Pereira e Lewis (2009, p. 10), como:

A postura da empresa, norteadas por ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, realizadas em decorrência da atenção proporcionada aos interesses das partes com as quais interage (*stakeholders*), como acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, a fim de, por meio de sua atividade, satisfazê-los.

O World Business Council for Sustainable Development (WBCSD),¹⁶ em português, Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, é uma associação global liderada por dirigentes de cerca de 200 empresas, que atua exclusivamente na relação entre empresas e desenvolvimento sustentável. O Conselho oferece uma plataforma para que as empresas explorem o desenvolvimento sustentável, compartilhem conhecimento, experiências e as melhores práticas, e advoga posições empresariais sobre essas questões em uma

variedade de fóruns, trabalhando junto a governos e a organizações não-governamentais e intergovernamentais.

De modo conceitual, para Patrícia Almeida Ashley (2005, p. 6-7):

[...] a responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, numa visão expandida, a responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Na visão de Fábio Risério Moura de Oliveira (2002, p. 204):

É a inserção da empresa na sociedade como agente social e não somente econômico. Ter responsabilidade social é ser uma empresa que cumpre seus deveres, busca seus direitos e divide com o Estado a função de promover o desenvolvimento da comunidade; enfim, é ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem em sua totalidade.

Além da geração de riquezas, insta salientar que as empresas devem voluntariamente aceitar suas responsabilidades para com a sociedade, conforme preleciona Domingo García-Marzá (GARCÍA-MARZÁ, 2004). Para ele a empresa deve reconhecer que não é um instrumento neutro, ditada somente a atuar em conformidade com a lei em benefícios especificamente privados, mas uma realidade social que responde à consecução de determinadas tarefas e objetivos sociais, devendo assumir a responsabilidade pelo cumprimento de tais fins.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento sustentável hoje deve ser considerado em três três dimensões, a econômica, a ambiental e a social. Nesta pesquisa o enfoque foi para enaltecer a importância da sustentabilidade social nas relações de trabalho. Ou seja, garantir aos trabalhadores condições dignas de trabalho que compreende, entre outros aspectos, ambiente laboral adequado, respeito à Constituição, aos Tratados Internacionais e às leis do trabalho.

A ordem normativa brasileira, adequando-se aos paradigmas internacionais, filia-se à defesa do trabalho decente conceituado pela OIT, que condena o trabalho escravo. Neste sentido as sanções são de ordem constitucional com a desapropriação de propriedade (Art. 184 e seguintes, da CF/88), além da punição de natureza penal (Art. 149, do CP), para quem recorrer a imposição de conduta análoga à condição de escravo.

Infelizmente, tais sanções não são suficientes para intimar as pessoas que insistentemente, são atores da milenar conduta de escravizar o próximo. São inúmeras as denúncias e constatações, no Brasil, conforme julgamentos judiciais que indicam apenas formas diferente de escravizar, entre elas a escravidão por dívida, a ausência severa de higiene no ambiente de trabalho com falta de banheiros e água potável, a omissão no pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas ou seu pagamento exclusivamente *in natura*, a completa ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs), e ainda, a submissão de pessoas totalmente inválidas ao trabalho e a agressividade dos agenciadores.

Na função fiscalizadora, o Ministério do Trabalho e do Emprego, apontam que o trabalho escravo é recorrente nas propriedades rurais. Nos termos da atuação do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), no período de 2008-2011, Centro-Oeste respondia pelo maior número de pessoas libertadas 3.592 trabalhadores, 26% do total nacional. Outros quatro Estados concentravam quase a metade (6.454 ou 46,6%) do total de pessoas libertadas: Pará (1.929 ou 13,9%), Goiás (1.848, ou 13,4%), Minas Gerais (1.578, ou 11,4%) e Mato Grosso (1.099, ou 7,9%). No entanto, a imprensa nacional noticia este tipo de mão de obra, também, nas atividades econômicas urbanas, demonstrando a importância desta temática.

Além da atual atuação estatal intervindo no domínio econômico, inclusive na propriedade rural, por meio da legislação, da fiscalização e da atuação jurisdicional, uma proposta de Emenda Constitucional (PEC 248/01) que propõe a punição de expropriação da propriedade no local onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba.

A esta forte intervenção estatal defende-se que as empresas sejam atores sociais na luta pela erradicação da mão de obra escrava. Elas podem contribuir formando redes de contatos (*stakeholders*), para organização de um movimento cívico no objetivo não mais negociar ou eliminar da condição de fornecedores os proprietários de terras rurais que já sofreram condenação ou mesmo que se encontrem no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas autuadas por exploração do trabalho escravo.

Uma das fontes de informação sobre escravidão é cadastro com o nome dos empregadores autuados pela fiscalização do MTE, por explorarem trabalhadores em

condições análogas às de escravo. Em 28 de dezembro de 2012, constavam 410 nomes, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas, indicando 56 inclusões e 31 exclusões. Os procedimentos de inclusão e exclusão são determinados pela Portaria Interministerial nº 2/2011.

Em convergência com a questão debatida neste trabalho, a empresa será garantidora da sustentabilidade se: i) internalizar conceitos éticos por meio da promoção de trabalho decente ao seu próprio público interno (trabalhadores); e, sobretudo se: ii) dialogar com as demais partes interessadas (*stakeholders*), criando-se uma verdadeira rede de contato conforme exposto fazendo parte desta união imprescindível para alcançar a efetividade jurídica e moral de respeito humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE – ANTD. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/antd/agenda-nacional-de-trabalho-decente-antd.htm>>. Acesso em 16.mar.2013.

AVANÇA DESAPROPRIAÇÃO INÉDITA DE TERRA POR INTERESSE SOCIAL. Disponível em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/31>>. Acesso em 16.mar.2013.

BANCADA RURALISTA DEFINE OPOSIÇÃO A PROJETOS QUE AMPLIAM DIREITO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <http://www.sinait.org.br/noticias_ver.php?id=6967>. Acesso em 16.mar.2013.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15.03.2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 16.mar.2013.

BRASIL. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em 16.mar.2013.

BRASIL. Lei do Estado da Bahia nº 11.479, de 01 de julho de 2009. Disponível em: <http://www2.setre.ba.gov.br/trabalhodecente/arquivos/lei_n_11479.pdf>. Acesso em 16.mar.2013.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm>. Acesso em 16.mar.2013.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/prolei8629.htm>. Acesso em 16.mar.2013.

BRETON, Binka Le. Vidas Roubadas: A escravidão moderna na amazônia brasileira. Tradução de Maysa Monte Assis. São Paulo: Loyola, CPT, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de emenda à constituição nº 438, de 2001. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegraImagem.asp?strSiglaProp=PEC&intProp=438&intAnoProp=2001&intParteProp=1>. Acesso em 16.mar.2013.

CAMPANHA NACIONAL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. Guia para jornalistas. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/iniciativas/iniciativas.php. Acesso em: 16.mar.2013.

CONFERÊNCIA DE TRABALHO DECENTE DO BRASIL É DEMONSTRAÇÃO DE DIÁLOGO SOCIAL, DIZ OIT. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/884>. Acesso em 16.mar.2013.

DA SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

DA SILVA JUNIOR, Gladstone Leonel. O enfoque constitucional da agroecologia como promotora de direitos humanos. In: Direito e políticas públicas de sustentabilidade. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2012.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 16.mar.2013.

DIREITOS DO CIDADÃO. Erradicação do trabalho infantil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/erradicacao-do-trabalho-infantil>. Acesso em 16.mar.2013.

ESTIGARA, Adriana; PEREIRA, Reni; LEWIS, Sandra A. L. Barbon. Responsabilidade social e incentivos fiscais. São Paulo: Atlas, 2009.

FREEMAN, R. Edward. Strategic management: a stakeholder approach. Boston : Pitman 1984.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. Ética empresarial: do diálogo à confiança na empresa. Pelotas, Educat, 2008.

GRUPO MÓVEL ENCONTRA TRABALHO ESCRAVO EM ÁREAS DE REINCENTES. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/11/grupo-movel-encontra-trabalho-escravo-em-areas-de-reincidentes/>. Acesso em 16.mar.2013.

GUERRA, Sidney. O direito internacional do trabalho e a dignidade da pessoa humana: breves reflexões. In: DARCANCHY, Mara Vidigal. Responsabilidade social nas relações laborais: homenagem ao professor Amauri Mascaro Nascimento. São Paulo : LTr, 2007.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

MARQUESI, Roberto Wagner. Direitos reais agrários & função social. Curitiba: Juruá, 2006.

MONREAL, Eduardo Novoa. O direito como obstáculo à transformação social. Tradução de Gérson Pereira dos Santos. Porto Alegre: Fabris, 1988.

MOURA, Flávia de Almeida. Escravos da precisão. São Luís: EDUFMA, 2009.

O QUE É TRABALHO DECENTE. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em 16.mar.2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Avanços nos indicadores de Trabalho Decente no Brasil é tema de relatório inédito da OIT. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/node/876>>. Acesso em: 16.mar.2013.

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez Adriani. Função social da propriedade: dimensões ambiental e trabalhista. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, p. 13.

PIOVESAN, Flávia. Trabalho escravo e degradante como forma de violação dos direitos humanos. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (orgs.). Trabalho Escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação. São Paulo: LTr, 2006.

PORTARIA DO MTE CRIA CADASTRO DE EMPRESAS E PESSOAS AUTUADAS POR EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm>. Acesso em 16.mar.2013.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL 438/2001. Disponível em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/conteudo/proposta-de-emenda-constitucional-4382001>>. Acesso em 16.mar.2013.

REZENDE, Ricardo. O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados? Disponível em: < http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/art_1.pdf>. Acesso em 16.mar.2013.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEN, Amartia K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

-
- ¹ A notícia traz, entre outras informações, que o MTE resgatou 2.271 pessoas submetidas a trabalho escravo até o dia 29 de dezembro, em 158 operações em 2011. Foram pagos mais de R\$ 5,4 milhões em indenizações trabalhistas, e inspecionados 320 estabelecimentos. Desde 1995 a 2011, já foram resgatados 41.451 trabalhadores em todo o país num total de 1.240 operações. Os setores que mais utilizam mão de obra escrava são o de produção de *commodities*, desmatamento, usinas de cana de açúcar, no setor têxtil e mineração. O estado do Pará e o do Mato grosso são os campeões em trabalho escravo e semiescravo, que é muito utilizado no desmatamento dessas regiões. Disponível em <<http://www.portogente.com.br/texto.php?cod=60928>>. Acesso em 16.mar.2013.
- ² Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.
- ³ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
- ⁴ Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
- ⁵ Artigo XXIII - 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.
- ⁶ Artigo XXIV - Toda pessoa tem direito a repouso e férias, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.
- ⁷ Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- ⁸ ARTIGO 6 - Direito ao Trabalho. 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, o que inclui a oportunidade de obter os meios para levar uma vida digna e decorosa através do desempenho de atividade lícita, livremente escolhida ou aceita. 2. Os Estados-Partes comprometem-se a adotar medidas que garantam plena efetividade do direito ao trabalho, especialmente as referentes à consecução do pleno emprego, à orientação vocacional e ao desenvolvimento de projetos de treinamento técnico-profissional, particularmente os destinados aos deficientes. Os Estados-Partes comprometem-se também a executar e a fortalecer programas que coadjuvem o adequado atendimento da família, a fim de que a mulher tenha real possibilidade de exercer o direito ao trabalho. ARTIGO 7 - Condições Justas, Equitativas e Satisfatórias de Trabalho. Os Estados-Partes neste Protocolo reconhecem que o direito ao trabalho, a que se refere o artigo anterior, pressupõe que toda pessoa goze desse direito em condições justas, equitativas e satisfatórias, para que esses Estados garantam em suas legislações internas, de maneira particular: a) remuneração que assegure, no mínimo, a todos os trabalhadores condições de subsistência digna e decorosa para eles e para suas famílias e salário equitativo e igual por trabalho igual, sem nenhuma distinção; b) o direito de todo o trabalhador de seguir sua vocação e de dedicar-se à atividade que melhor atenda a suas expectativas, e a trocar de emprego, de acordo com regulamentação nacional pertinente; c) o direito do trabalhador a promoção ou avanço no trabalho, para o qual serão levados em conta suas qualificações, competência, probidade e tempo de serviço; d) estabilidade dos trabalhadores em seus empregos, de acordo com as características das indústrias e profissões e com as causas de justa dispensa. Nos casos de demissão injustificada, o trabalhador terá direito a indenização ou a readmissão no emprego, ou a quaisquer outros benefícios previstos pela legislação nacional; e) segurança e higiene no trabalho; f) proibição de trabalho noturno ou em atividades insalubres ou perigosas para os menores de 18 anos e, em geral, de todo o trabalho que possa pôr em perigo sua saúde, segurança ou moral. No caso dos menores de 16 anos, a jornada de trabalho deverá subordinar-se às disposições sobre ensino obrigatório e, em nenhum caso, poderá constituir impedimento à assistência escolar ou limitação para beneficiar-se da instrução recebida; g) limitação razoável das horas de trabalho, tanto diárias quanto semanais. As jornadas serão de menor duração quando se tratar de trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos; h) repouso, gozo do tempo livre, férias remuneradas, bem como pagamento de salários nos dias feriados nacionais. ARTIGO 8 Direitos Sindicais 1. Os Estados-Partes garantirão: a) o direito dos trabalhadores de organizar sindicatos e de filiar-se ao de sua escolha, para proteger e promover seus interesses. Como projeção deste direito, os Estados-Partes permitirão aos sindicatos formar federações e confederações nacionais e associar-se às já existentes, bem como formar organizações sindicais internacionais e associar-se à de sua escolha. Os Estados-Partes também permitirão que os sindicatos, federações e confederações funcionem livremente; b) o direito de greve. 2. O exercício dos direitos enunciados

acima só pode estar sujeito às limitações e restrições previstas pela lei, que sejam próprias de uma sociedade democráticas e necessárias para salvaguardar a ordem pública e proteger a saúde ou a moral públicas, e os direitos ou liberdades dos demais. Os membros das forças armadas e da polícia, bem como de outros serviços públicos essenciais, estarão sujeitos às limitações e restrições impostas pela lei. 3. Ninguém poderá ser obrigado a pertencer a sindicato.

⁹ Íntegra do Acórdão disponível em: <

http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/sentenca_trabalho_escravo.pdf>. Acesso em 16.mar.2013.

¹⁰ Íntegra do Acórdão disponível em <

http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/proc_ro_4453_2003.pdf>. Acesso em 16.mar.2013.

¹¹ Íntegra do Acórdão disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21591274/habeas-corpus-hc-5110-pa-0005110-9220124010000-trf1>>. Acesso em: 16.mar.2013.

¹² Disponível em: <

<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/resumoForm.do?consulta=1&numeroInt=214487&anoInt=2010>>. Acesso em 16.mar.2013.

¹³ Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7441249/1353200400116008-ma-01353-2004-001-16-00-8-trt-16/inteiro-teor>>. Acesso em 16.mar.2013.

¹⁴ Disponível em: <

<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=38000&digitoTst=59&anoTst=2007&orgaoTst=5&tribunalTst=16&varaTst=0000>>. Acesso em 16.mar.2013.

¹⁵ Disponível em: <

<https://aplicacao5.tst.jus.br/consultaProcessual/consultaTstNumUnica.do?consulta=Consultar&conscsjt=&numeroTst=87200&digitoTst=64&anoTst=2005&orgaoTst=5&tribunalTst=16&varaTst=0013>>. Acesso em: 16.mar.2013.

¹⁶ Informações colhidas do sítio eletrônico. Disponível em: < <http://www.wbcds.org/home.aspx>>. Acesso em 16.mar.2013.